

**DOSSIÊ:
FONTES ORAIS: PERSPECTIVAS
DE INVESTIGAÇÃO**

NARRATIVAS ORAIS, FONTES PARA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA: CULTURAS, MEMÓRIAS E TERRITÓRIOS DA CIDADE

*Célia Rocha Calvo**

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar reflexões obtidas por meio de pesquisas históricas com narrativas orais, desenvolvidas nos projetos sobre Cultura e Cidade vinculados ao Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Cidade e Trabalho – INHIS – UFU. Neste projeto refletimos sobre a produção de narrativas orais enquanto fontes para a interpretação histórica sobre as mudanças da vida social. Neste sentido, compreendemos que as narrativas orais traduzem-se enquanto atos de narrar, interpretar o tempo presente-passado, cujos sentidos e significados são constituídos na relação entre o pesquisador e o entrevistado e na maneira como compartilham um diálogo e, por meio dele, de modos específicos, inscrevem-se no fazer-se das histórias e das muitas memórias. Refletir como os narradores tornam-se sujeitos das histórias por meio destes atos de narrar, de lembrar, de construir memórias, que inscrevem na cidade os registros de suas presenças e de seus territórios.

PALAVRAS-CHAVE: História. Culturas. Memórias. Cidade.

ABSTRACT: This article has the objective to show reflections obtained through historical researches with oral narratives, developed in the projects about Culture and City, linked to the “Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Cidade e Trabalho” – INHIS – UFU. In this project we discuss the production of oral narratives as sources for the historical interpretation regarding the changes of

* Professora do Instituto de História e coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Cidade e Trabalho. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia – MG.

the social life. Therefore, we understand that the oral narratives translate themselves as acts of narration, interpreting the past-present time, which senses and meanings are constituted in the relation between the investigator and the interviewed, in the way they share a dialog and, through it, in specific ways, they register themselves making the histories and many memories. To reflect how the narrators become subjects of the histories through these acts of narration, remembering, building memories, that inscribe in the city the registers of their presences and their territories.

KEYWORDS: History. Cultures. Memories. City.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que este artigo traz reflexões realizadas em trabalhos desenvolvidos coletivamente com outros pesquisadores filiados ao Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Cidade e Trabalho da Universidade Federal de Uberlândia e com professores do Núcleo de Estudos Culturais da PUC-SP.

O suposto que alimenta esse diálogo segue no sentido de firmar que trabalhar com a História, e mais ainda com a formação de historiadores — pesquisadores e professores —, significa construir um diálogo sobre a necessidade de sua valorização em todos os lugares e dimensões da vida social e não apenas nos circuitos da vida acadêmica e ou institucional. Como historiadores, estamos constantemente falando/pensando a partir de um lugar social e esse lugar diz respeito ao modo como atuamos enquanto agentes e cidadãos no tempo presente.

Se concordamos que a ‘História é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras’ como disse Benjamim, precisamos fundar um conceito sobre esse presente e este agora, pois é com ele que vamos preencher o tempo histórico, sempre assumindo o campo imenso de possibilidades que ele representa para os “fazedores da História” em todos os níveis e concepções...¹

¹ FENELON, Dea. O historiador e a cultura Popular: história de classe ou histó-

Neste horizonte, fundar uma concepção sobre esse tempo presente implica em firmar que a História é terreno comum a muitos e diferentes sujeitos e que esta diversidade apresenta-se como dimensão necessária para a compreensão crítica da realidade social. Isto para:

não perpetuarmos visões de um passado mitificado, com acontecimentos cristalizados, com periodizações que pouco tem a ver com as perspectivas que queremos desvendar, há que se definir uma concepção de presente, que nos permita atribuir significado ao passado, e mais, que nos oriente em direção ao futuro que queremos construir, ou estaríamos traduzindo em conservadorismo social o culto pelo passado e transformando a memória em instrumento de prisão e não de libertação como deve ser.²

Assim, mantendo esta preocupação central, dizemos que a valorização da história no social implica na compreensão de que os temas e as problemáticas investigadas são gestados nos diálogos sobre o movimento histórico da sociedade, compreendendo este movimento na dinâmica dos processos sociais de luta, em diferentes temporalidades, nos quais os sentidos e significados são forjados no modo como os diferentes agentes criam suas estratégias de sobrevivência, de organização e de enfrentamento cotidiano diante das práticas de dominação/subordinação e, também, de “rebeldias/insubordinação” no processo de formação da sociedade capitalista.

Compreender estas práticas e experiências sociais como o fazer histórico de muitos e diferentes agentes implica um meio de investigar as alternativas concretas, desconstruir consensos, armando um “olhar político”, buscando as dissidências ou as fissuras no interior do processo social. Esta tem sido uma maneira de estabelecer contrapontos e, simultaneamente, colocar em foco fissuras

ria do povo? *História & Perspectivas*. Universidade Federal de Uberlândia, n. 6, 1992. p. 6.

² *Ibidem*. p. 7.

diante desse “novo tempo” de globalização, cuja tendência é homogeneizar práticas e viveres, estabelecendo padrões culturais, nos quais contradições e tensões sociais são ocultadas, sofrendo assim a intervenção de circuitos cada vez mais refinados e vinculados aos mercados globalizados:

Um olhar político atenta *nas figuras do novo* (no sentido emergente, usando um termo de Raymond Williams), prepara-se para disputar a hegemonia das grandes linhas culturais, para questionar a legitimidade de sua imposição, embora talvez nunca chegue a completar essa batalha simbólica. Tal atenção para o novo está vinculada a essa tradição do século XX em que o questionamento dos costumes estéticos pode levar a pactos culturais situados nas laterais, nas margens, no subsolo ou nos limites dos pactos legitimados. *A força do mercado... tende a propor pactos que padronizam o gosto, porque a prova de viabilidade de uma estética é o sucesso.* O olhar político se fixaria justamente nos discursos, nas práticas, nos atores, nos acontecimentos que firmam o direito de intervir na unificação, ostentando, diante dela, o escândalo de outras perspectivas.³

Temos procurado investigar problemáticas atentando para as alternativas construídas no horizonte das culturas de trabalhadores, isto é, no fazer-se destes sujeitos, enquanto agentes portadores de necessidades/sentimentos e que por meio de suas ações vão delineando historicamente a sua existência social, enquanto classes não hegemônicas.⁴

É preciso dizer que, mais do que assinalar um modelo dogmático, ou paradigmático, esta perspectiva tem conduzido a uma com-

³ SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias*. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 60.

⁴ Tais perspectivas têm orientado a discussão e o desenvolvimento de projetos no Núcleo de Estudos e Pesquisa em História, Cidade e Trabalho. Sobre esses projetos e as produções historiográficas ver: CALVO, Célia Rocha (*et. al*) Trabalho e Movimentos Sociais: Histórias, memórias e produção historiográfica. In: CARDOSO, Heloisa H. Pacheco; MACHADO, Maria Clara T. (org.). *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. Uberlândia: Edufu. UFU. 2005.

plexa discussão em torno dos procedimentos teóricos — metodológicos, em meio aos quais localizamos a produção de narrativas orais, enquanto fontes para investigação histórica. Seguindo a tradição do materialismo histórico-cultural temos procurado, por meio da produção de entrevistas com trabalhadores, dialogar com as evidências de todo um processo histórico de constituição da sociedade capitalista. Compreender o fazer-se destes agentes neste processo refletindo sobre o que E. P. Thompson analisou como o *Termo Ausente*, isto é: a cultura e experiência social, demarcada pelas pressões e limites que trabalhadores — homens e mulheres — experimentam enquanto classe socialmente constituída neste processo.⁵

Ainda segundo este autor, procuramos refletir a cultura e experiência de trabalhadores como “pontos de junção de outra natureza”, isto é, combatendo uma concepção estruturalista, que prioriza a existência das classes pelo viés economicista, mecanicista e/ou dicotômico, ou, ainda, pelas premissas idealistas que tratam de “localizar” a cultura — “a visão de mundo”, ou a “mentalidade” — destes agentes como expressão de uma superestrutura, retirando da história, ou melhor, do processo histórico, não só a presença dos mesmos, mas interpretando suas ações/valores como “reflexo da base material”, isto é, da “cultura dominante”, como a “reprodução e representação” das ideias, dos discursos e práticas produzidas pela classe dominante.

Segundo Thompson os nexos entre dominação e subordinação/insubordinação devem ser compreendidos nas ações/evidências criadas pelos próprios agentes, nos registros da suas culturas, isto é, nos modos de viver, de criar significados, afetivos, morais como dimensões históricas desta relação de classe, no viver as contradições, os limites e as pressões de um processo social e

⁵ THOMPSON, Edward P. *A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 182 e ver também FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social. *Revista Projeto História* – Programa de Estudos Pós Gradua-dos em História e do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo: Educ, n.10, 1993.

cultural, no qual se subordinaram, ou não, impressos das mais variadas formas. No termo ausente, experiência,

os homens e mulheres também retornam como sujeitos dentro deste termo — não como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas da prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, relativamente autônomas) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez sobre sua situação determinada.⁶

Nesse sentido, refletir sobre essas *experiências tratadas na consciência* e, portanto, *na sua cultura*, não significa investigar essa cultura de modo isolado, dicotômico ou tipificado, em torno de conceitos que congelam a sua vitalidade crítica e histórica.⁷ Isto para não incorrerem no risco de congelar e/ou folclorizar as ações de “homens e mulheres” que não se sentiam mortos, ou simplesmente “vencidos”, quando vivenciaram as relações de dominação. Eles estavam vivos e de maneiras mais complexas criaram nesse processo social de lutas, de contradições, a consciência de sua existência, explicitada no modo de viver no campo e na cidade, na família, na escola, na igreja, nas normas reguladas pela moral, pelos costumes e tradições, enfim, em suas culturas constituídas nas práticas ordinárias de viver e de lutar diante das pressões e das mudanças sociais.⁸

⁶ THOMPSON, Edward P, *ibidem*.

⁷ HALL, Stuart. *Da Diáspora*. Identidades e Mediações Culturais. Org. Liv Sovik. Tradução: Adelaide La Guardiã Resende et al. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília-Unesco, 2003.

⁸ Ver: THOMPSON, Edward P. *A Miséria da Teoria: ou um planetário de Erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p 181 e WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. São Paulo: Zahar Editores. 1979. p. 19-29.

Neste ponto, compreendemos que quando realizamos entrevistas com trabalhadores estamos refletindo esta cultura em suas propriedades históricas, isto é, como dimensão constitutiva de suas falas, quando expressam as suas autorias nos enredos que constroem juntamente com o pesquisador. Assim para o entrevistado, a disposição em falar, em aceitar dialogar pode significar mais do que um ato de comunicar ou de informar o que já está “dado” como matéria, ou como vida material, como um “fato”.⁹ Para os entrevistados, aceitar conversar sobre um tema referente à vida social, fazendo, portanto, dos seus referentes culturais, isto é “da sua vida, memória e história”, o elemento articulador do enredo, significa querer dialogar socialmente sobre os elementos que constituem em suas culturas — os modos como vivem/pensam e articulam em suas consciências — os significados compostos por suas memórias e como evidenciam por meio deles os sentimentos, regras, normas morais e afetivas, no presente-passado, nos viveres que constituem os territórios destas experiências sociais.

A memória é composta nestes atos enquanto prática reflexiva sobre o modo como se está (no presente) vivendo num terminado lugar, numa cidade, num bairro, enfim nos espaços em que se configuram, nas relações construídas ao longo do tempo, em determinados espaços sociais. Quem lembra está interessado em dizer o que mudou, o porquê e o como foi mudado e, dessa maneira, atribuir sentido às mudanças da vida social. A memória é uma força ativa, composta nestes atos que moldam o tempo — no sentido de apontar uma perspectiva — e por isso não é apenas retrospectiva. Como salienta Raphael Samuel:

a memória longe de ser meramente um receptáculo passivo ou um sistema de armazenagem, um banco de imagens do passado, é,

⁹ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*: Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Vol. 1, n. 2, dezembro de 1996. Rio de Janeiro: Relume-Dumará e _____. O momento da minha vida: funções do tempo na História Oral. In: FENELON, Déa (Org.) e outros. *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo, Olho D'Água, 2005.

isto sim, uma força ativa, que molda; que é dinâmica — e que ela é dialeticamente relacionada ao pensamento histórico, ao invés de ser apenas uma espécie do seu negativo. O que Aristóteles chamou de *anamnesis*, o ato consciente de lembrar, era um trabalho intelectual muitíssimo semelhante ao do historiador: a matéria de citação, imitação, empréstimo e assimilação. Ao seu modo, era uma forma de construir conhecimento.

É este também o meu ponto de vista: que a memória é historicamente condicionada, mudando de cor e forma de acordo com o que emerge no momento; de modo que, longe de ser transmitida pelo modo intemporal da “tradição”, ela é progressivamente alterada de geração em geração. *Tem estampadas, as paixões dominantes em seu tempo.* Como a história, a memória é inerentemente revisionista e nunca é tão camaleônica como quando parece igual.¹⁰

Essas questões apareceram como desafios nos anos 1990 quando realizei entrevistas com trabalhadores na cidade de Uberlândia-MG. A opção por entrevistar-los nas ruas e praças, nos lugares públicos e centrais relacionava-se às questões que orientavam, naquele momento, minha percepção social, ou melhor, a maneira como apreendia em meu viver a territorialidade das relações sociais que constituíam a cidade.

No universo das relações quotidianas, no trabalho ou na vizinhança passei a tomar contato com uma cidade que até então aparecia como outra cidade, isto é, como um lugar diferente daquele que estava acostumado a morar e na qual me sentia como mais uma, entre tantos que vieram em busca de trabalho e de melhores condições de vida, uma vez que a maioria das pessoas com quem conversava também dizia ser de outras cidades e regiões do país.¹¹ Nesse tempo, um sentimento de estranheza com a

¹⁰ SAMUEL, Raphael. Teatros da Memória. *Revista Projeto História* – Programa de Estudos Pós Graduated em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo – SP. 1997. p. 44.

¹¹ A população de Uberlândia em 1992 era de aproximadamente 490 mil habitantes segundo os dados do IBGE deste mesmo ano.

cidade movia a minha curiosidade por conhecê-la. Sentimento que me acompanhava toda vez que andava nos espaços, procurando um caminho de ida para o trabalho ou de volta para casa, seguindo um rumo memorizado para me orientar e, na dúvida, buscando as referências de uma rua, um cruzamento, um prédio, um estabelecimento comercial, dadas pelos moradores que sempre me perguntavam: você não é daqui? O que dificultava a escolha deles para me dar as suas referências. Quando procurava segui-las acabava quase sempre me perdendo na cidade, uma vez que muitas dessas referências me levavam a buscar lugares que não tinham expressão escrita e visual na paisagem, por exemplo, o Campus da Universidade Federal de Uberlândia, cujo nome é Santa Mônica aparecia nas referências ao prédio da Engenharia, o Mineirão ou então onde era o Colégio dos Padres. O Campus Umuarama era a Medicina; o Bairro Aparecida era a Vila Operária ou então onde ficava a Caixa D'Água (reservatório de água) e o Juca Ribeiro (Estádio de Futebol); a praça Clarismundo Carneiro era a praça da Prefeitura, no fundinho ou ainda próximo à praça onde ficava a antiga Rodoviária. Por vezes era difícil seguir estas referências, já que Uberlândia era descrita em muitos caminhos que me levavam aos becos, praças e ruas que não combinavam com os nomes e inscrições dadas pelos moradores.

Estas primeiras impressões levaram-me a refletir sobre os sentidos de orientação que norteiam as práticas e os viveres daqueles que, no dia a dia, destas ações constroem a cidade. Passei então a realizar entrevistas buscando apreender a cidade nestes sentidos, compreendendo-os como referentes de suas culturas. Pois o fato de saber se orientar nos espaços implica em refletir sobre os diferentes processos de mudanças nas relações que constituíam e constituem a cidade e que vinham à tona quando firmavam na paisagem urbana os referenciais deste tempo de mudança, compreendido nos modos de se viver e simultaneamente de se reconhecer na autoria destas ações, enquanto cidadão.

Isto porque as cidades são lugares onde vivemos, onde projetamos nossos sonhos e projetos de vidas, por isso ela se faz, historicamente, nas expressões das relações vividas e experimenta-

das por todos que nela habitam. Assim viver e apreender a cidade é mais do que morar e trabalhar. A sociabilidade e o cotidiano das relações sociais criam sentimentos de pertencimento e, ao mesmo tempo, de afastamento da cidade. Sendo a cidade um ambiente que provoca mobilidades, o trilhar cotidiano e comum das pessoas vai construindo “fronteiras simbólicas” que separam, aproximam, nivelam e vão ordenando as pessoas em categorias e grupos sociais nos seus lugares fixos. Deste modo, os desejos, receios e inseguranças do viver na cidade são plurais e frutos das tensões e disputas por espaços físicos e simbólicos entre os cidadãos.¹²

O quadro geral consiste em pensá-las como espaços antes de tudo fragmentados e permeados a todo instante pelas desigualdades sociais, exclusão social, segregação espacial. Neste horizonte a cidade é também “um território para onde convergem e se cristalizam os conflitos e as contradições principais de uma sociedade que está passando por uma profunda mudança”.¹³

Nessa perspectiva as cidades expressam, em sua materialidade, uma paisagem que se compõe pelas inúmeras intervenções humanas. Elas constituem-se enquanto realização dos grandes projetos urbanos, foco dos saberes técnicos e especializados, como também constituídas nos territórios dos múltiplos viveres.

Assim, mais do que “etnografar” o espaço, queria compreendê-lo na historicidade das relações vividas, nos sentidos de uma orientação que trouxesse o tempo das mudanças e de como elas exprimiam-se na paisagem da cidade. Pois pautávamos nos supostos de que:

Se compreendemos a cidade como o lugar onde as transformações instituem-se ao longo do tempo histórico com características marcantes, queremos lidar com estas problemáticas como a história de constantes diálogos entre os vários segmentos sociais, para

¹² SILVA, Regina H. A. & SOUZA, Cirlen C. Múltiplas cidades: entre morros e asfalto. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga (org.). *Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 147.

¹³ *Ibidem*.

fazer surgir das múltiplas contradições estabelecidas no urbano, tanto o cotidiano, a experiência social, como a luta cultural para configurar valores, hábitos, atitudes, comportamentos e crenças. Com isto, reafirmamos a idéia de que a cidade, nunca deve surgir apenas como um conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como lugar da pluralidade e da diferença, e por isto representa e constitui muito mais que o simples espaço de manipulação do poder. E ainda, mais importante é valorizar a memória, que não está apenas nas lembranças das pessoas, mas tanto quanto no resultado e nas marcas que a história deixou ao longo do tempo em seus monumentos, ruas e avenidas ou nos seus espaços de convivência ou no que resta dos planos e políticas oficiais sempre justificadas como o necessário caminho do progresso e da modernidade.¹⁴

Nos diálogos realizados com trabalhadores nas ruas, praças e nas residências passei a refletir os espaços da cidade nos suportes de suas memórias, problematizando marcos fundantes de uma memória que se instituiu socialmente por meio dos tributos e homenagens àqueles que se faziam representar nos suportes materiais vinculados, por exemplo, às construções das principais avenidas — Rondon Pacheco e João Naves de Ávila — que traçam a área central da cidade; nas praças por meio dos monumentos; nos critérios das políticas culturais de preservação de patrimônio histórico;¹⁵ na edição e publicação de obras apresentadas como obras de memorialistas e que atuavam como fontes para as homenagens e organização de diversas atividades culturais, de ensino e pesquisa da história; nos eventos de comemoração do aniversário da cidade.

¹⁴ FENELON, Dea Ribeiro. "Introdução". In: *Cidades: Pesquisa em História. Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC / SP*, coletânea. São Paulo: Educ, 1999, p. 7.

¹⁵ Ver: CALVO, Célia. Uma Praça, numa cidade: patrimônio histórico e cidadania cultural. In: MACIEL, Laura A.; ALMEIDA, Paulo R.; KHOURY, Iara Aun (Org.). *Outras Histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho D'água, 2006; p. 61-75.

De modo geral, tais feitos oficiais e de comemoração reafirmavam socialmente a história da cidade de Uberlândia nos suportes das memórias dos grupos e setores que acumularam riqueza em decorrência do processo de capitalização da terra urbana e rural, principalmente aqueles que apoiaram e legislaram com os golpistas de 1964. Nesta lógica de acumulação e expansão das relações de produção capitalista pelo modelo urbano-industrial, as políticas urbanas, implementadas oficialmente com auxílio do recém criado BNH, atendiam uma demanda vinculada a esse processo de mudanças históricas, e não apenas econômica, que mudou desde então a configuração espacial da sociedade brasileira.

Os projetos vitoriosos compreendem a construção de Brasília, a nova capital “construída no coração do Brasil” para ser então a “imagem moderna” de toda uma Nação; a criação de rodovias federais interligando diferentes regiões de modo a atender, com financiamento público, os interesses de grupos que se viam nas periferias dos grandes centros industriais; o fortalecimento das práticas de concentração da terra e de controle da produção rural, por meio da substituição da força de trabalho pela mecanização; o fortalecimento da indústria de transformação de bens de consumo e a criação dos parques industriais, e com isso o fortalecimento dos princípios burgueses da propriedade privada (como por exemplo a casa como espaço privado e íntimo da família e a rua como espaço vinculado às políticas dos poderes que se publicizavam na esfera pública).

Segundo Rolnik, em 1990, “o quadro da rede brasileira de cidades reflete claramente o projeto urbano da Ditadura Militar. O conceito chave desse projeto é o da integração nacional: completar a ocupação e unificação do país, sob uma territorialidade capitalista”. Tais projetos movimentaram socialmente diferentes setores e grupos fazendo avançar um movimento de “conquista” do território brasileiro em meio às contradições sociais. Projetos que se pautavam, segundo Rolnik:

No nível do discurso, a política urbana passava pela retórica do

planejamento urbano, que seria capaz de levar a cabo o projeto de integração modernizadora, dando conta de enfrentar a contradição representada pela ilegalidade que esta produzia. O conceito chave desse planejamento no período autoritário é de “desenvolvimento integrado” que constituiu palavra de ordem para o planejamento municipal. Foi nesta época que se produziram os Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado, obrigatórios para a obtenção de recursos federais... [...] Durante esse período, com o esvaziamento do Legislativo e a desarticulação da sociedade civil, o planejamento foi cada vez mais se tecnicando e isolando, enquadrado e limitado pela visão centralizada e tecnocrática que dominava o sistema de planejamento e a gestão de todo um país.¹⁶

Em Uberlândia, a presença destes projetos ganhou visibilidade na paisagem da cidade. Nos guias e mapas datados das últimas décadas do século XX foi possível identificar a descentralização das áreas ocupadas na conformação dos novos bairros criados pelos investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento — os conjuntos habitacionais próximos — às áreas também novas do Distrito Industrial (1971) e aos demais espaços que foram construídos simultaneamente, a partir dos anos setenta, como os dois Campus da Universidade Federal (1978), o Parque Sabiá (1982), o Terminal Rodoviário (1976), Estação Ferroviária (1972). Nestes mapas, as empresas imobiliárias destacam-se como mais um agente na fabricação desses espaços, respaldadas no crescimento do capital industrial e financeiro.

Nesse sentido o plano da cidade exprimia os projetos que se implantavam em parceria com os poderes público e privado. Em 1969, o Decreto Municipal redefiniu o plano da cidade, demarcando as zonas urbana e suburbana. Os limites entre uma e outra passaram a incorporar áreas que até então eram verdadeiros lati-

¹⁶ ROLNIK, Raquel. Cidade: Planejamento Urbano – Morar, atuar e viver. Revista Teoria e Debate, n.9 – Janeiro/fevereiro/Março de 1990. Fundação Perseu Abramo. São Paulo – SP. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=588>>. Acesso em: 21 out. 2009.

fúndios, ligados às famílias tradicionais da cidade.¹⁷ A zona urbana foi definida de modo a prever os investimentos necessários para a implantação dos loteamentos e conjuntos habitacionais, como também para a instalação das indústrias e das instituições públicas que passaram a existir nesse processo de redefinição do plano da cidade.

Assim nos nomes das avenidas, nas construções das grandes obras de engenharia, nos eventos de inauguração e nos diversos eventos comemorativos, as memórias — dos protagonistas dos projetos implementados durante a ditadura militar — eram refeitas e universalizadas sob a égide ideológica das competências e habilidades técnicas do planejamento urbano.¹⁸

Em minhas escolhas teóricas e metodológicas procurava problematizar marcos fundadores desta memória instituída nos circuitos da produção e difusão dos poderes dominantes, uma memória que ocultava, silenciava, reprimia os direitos daqueles que não estiveram nos comandos destas políticas, mas que vivenciaram as implicações destas transformações nos condicionamentos dos viveres enquanto trabalhadores da e na cidade.¹⁹

Procurei traçar outros mapas que evidenciassem os mesmos espaços nas diferentes memórias para refletir, por meio destas outras culturas, os diferentes modos de experimentar as transformações da cidade. Daí o critério de entrevistar aqueles que trabalhavam nas ruas e praças (motoristas de táxis, de pequenos caminhões que faziam fretes, ambulantes) ou ainda aposentados de diferentes profissões que faziam das praças públicas um lugar do tempo livre — jogando damas com os amigos —, mantendo assim os vínculos dos seus reconhecimentos nas relações há muito construídas. No diálogo com eles e no processo de análise interessava

¹⁷ SOARES, Beatriz R. *Habitação e Produção do Espaço em Uberlândia*. 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia, FFLCH), USP, São Paulo: 1988.

¹⁸ CALVO, Célia Rocha. *Muitas Memórias e Histórias de uma Cidade: Experiências e Lembranças de Viveres Urbanos em Uberlândia (1938-1990)* 2001. Tese (Doutorado em História.) PPGH/PUC-SP, 2001.

¹⁹ *Idem, Ibidem.*

mapear os espaços das praças centrais nos seus referentes culturais, refletindo a maneira como esses sujeitos evidenciavam os sentimentos de pertença social nos territórios de suas vivências sociais.

De modo geral, esses trabalhadores não “confrontavam diretamente” as versões cristalizadas e dominantes. Seus depoimentos me levavam a conhecer a cidade nas relações referenciadas na vida doméstica e do trabalho.²⁰ Os temas relacionados a esse viver apareciam quando se referiam às histórias de família, dos pais, da infância, de casamento e dos filhos, carregados dos valores/sentimentos morais e afetivos: “o respeito aos mais velhos”, educação herdada na família, as dificuldades “vencidas” diante das carências materiais, a escola, as experiências com o letramento — a lembrança dos professores (as) e suas práticas em sala de aula, “professores severos”, “mas que ensinavam bem”; a participação nos eventos cívicos — as festividades nos dias de aniversário da cidade, lembrados como grandes eventos e carregados pelo sentimento de orgulho. As lembranças sobre as relações vividas na escola, sobretudo os atos de aprender a ler e escrever, eram articuladas aos sentimentos daquele presente, mediados pelas expectativas frustradas de não “terem seguido com os estudos”, mas que eram depositados nas relações com os filhos, no desejo de vê-los formados. Para os que saíram do campo, ou de cidades menores da região, a principal razão era a de “dar estudos para os filhos”.

Nestes enredos, os temas do trabalho, sobretudo para os homens, traziam as referências não da “produção” e sim dos espaços constituídos nas relações de trabalho. Para os trabalhadores em “serviços”, as ruas próximas à estação ferroviária, as entradas e saídas da cidade, eram vistas nas inscrições dos seus atos de trabalhar: o trânsito de caminhões e carroças, o carregamento das mercadorias que vinham de outras cidades da região, dentre ou-

²⁰ Sobre esta abordagem, ver: HOGGART, Richard. *As Utilizações da Cultura 1*. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Lisboa. Editorial Presença, 1973.

tras, compunham as referências culturais atribuídas aos espaços. Para os que trabalharam nas fábricas, frigoríficos e na ferrovia — espaços onde o processo de trabalho era organizado por uma rígida hierarquia — as lembranças eram sobre as relações autoritárias dos chefes, os acidentes de trabalho, as dificuldades como também o prazer e o orgulho, por terem participado das greves de suas categorias, das organizações sindicais e partidárias. Junto a esses trabalhadores fui aprendendo sobre as histórias dos militantes do Partido Comunista, as dificuldades de suas organizações, as perseguições e o desaparecimento de muitos ativistas durante a ditadura militar.

Noutros enredos, as vivências nos espaços que não eram o da família e do trabalho eram trazidas nos percursos do ir e vir da igreja para casa, os *footing* na praça central, nos atos de participar organizando os festejos ligados às práticas religiosas — Folia de Reis, festa de Nossa Senhora do Rosário. O ir e vir ao cinema, aos “shows dos cantores populares na rádio”, os encontros marcados no pátio da estação ferroviária a partir dos horários dos trens, articulava-se aos sentidos atribuídos ao “divertimento”, isto é, a maneira como organizavam o tempo livre nos espaços públicos da cidade.

Nesses enredos as diferenças entre os viveres da cidade eram firmados na materialidade, isto é, numa ordenação em que os espaços centrais e públicos eram vividos de acordo com os seus modos de vida, sua cultura. Por isso, quando inscreviam neles os sentidos deste viver também relatavam sobre as mudanças ocorridas, sobretudo, a partir da década de setenta, que aparece como um marco das transformações da cidade, isto é, dos seus modos de vivê-la. Essas mudanças eram interpretadas como “inevitáveis”, pois a cidade “tinha que progredir”. Refletindo atentamente sobre esses marcos pude perceber que o que havia mudado eram os códigos de seus reconhecimentos sociais nos espaços transformados pela intervenção urbana. O alargamento de ruas em avenidas, a construção de vias para o fluxo contínuo dos automóveis, o desmonte do complexo ferroviário e, com ele, a retirada do pátio da estação, era compreendido nos referenciais culturais destes

agentes como a desconfiguração do centro e também do modo como viviam a cidade. O que estavam também trazendo à tona eram os sentidos das mudanças entrelaçados em suas culturas, as implicações dos projetos defendidos nos “supostos iluministas” da cidade moderna, autossuficiente e regulada pelas regras do mercado capitalista. Projetos desdobrados, nos anos noventa, com a construção dos *shoppings centers* e condomínios fechados que operam com a privatização dos espaços públicos da cidade.²¹

Em suas ações e, portanto, em suas “consciências morais e afetivas” me diziam sobre os códigos que regulavam esse viver público articulado ao modo como constituíam e organizavam esta vida de acordo com as suas condições, necessidades, em suas experiências sociais. Deste modo, o que era produzido enquanto narrativa oral, fazia-se num circuito de interlocução que, pode ser pensado para além dos limites “pessoais” da entrevista e, ao mesmo tempo, vinculado a este campo de relação entre o pesquisador e o entrevistado, no qual o enredo é construído. Isto para dizer que as narrativas não “traduzem” a realidade interpretada pelos entrevistados de modo externo e desarticulado de suas culturas. Suas falas apresentam-se como atos de intervenção nesta realidade. No diálogo, eles trazem e também selecionam os elementos com os quais compõem seus enredos e por meio deles vão explicitando, em forma de linguagem, seus modos de viver e de lutar diante das determinações, das pressões e dos limites vividos na dinâmica da luta de classes. Assim o que é dito não representa um “reflexo” imediato do que é vivido. O que é dito é constituído como um processo ativo, enquanto produção de memória — linguagem articulada aos elementos constitutivos de suas culturas — produzidas na dinâmica das lutas diárias, do viver a desigualdade e a expropriação de seus modos de vida.²² As falas, as nar-

²¹ Ver: SARLO, Beatriz. *Tempo Presente*. Notas sobre a mudança de uma cultura. Tradução Carlos Cabral. Rio de Janeiro, 2004 e ARANTES, Antônio. *Paisagens Paulistas: Transformação do espaço público*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.

²² WILLIAMS, Reymond, *op. cit.*, 1979. p. 27.

rativas orais, são constitutivas desta realidade social, porque intervêm nela, não de modo a “desmistificá-la” e, sim, no sentido de disputá-la em meio à correlação das forças hegemônicas, no campo contraditório no qual essas relações forjaram historicamente a sociedade capitalista.

Hegemonia é então não apenas o nível articulado superior de ‘ideologia’, nem são as suas formas de controle apenas vistas habitualmente como ‘manipulação’ ou “doutrinação”. E todo um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores — constitutivo e constituidor — que ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. Constitui assim um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é muito difícil para maioria dos membros da sociedade movimentar-se, na maioria das áreas de sua vida. Em outras palavras, é no mais forte uma “cultura”, mas uma cultura que tem também de ser considerada como domínio e subordinação vividos de determinadas classes.²³

Assim, refletir essas fontes implica investigar historicamente o modo como os trabalhadores produzem suas memórias e histórias, compreendendo estas produções como atos de criação, de significação de suas culturas “também considerada como domínio e subordinação”. Nesse sentido as narrativas orais são produzidas não de modo voluntário/espontâneo, mas mediadas pelas perguntas, roteiros, problemáticas sempre carregadas pelos supostos teóricos, políticos que orientam a prática e o trabalho de pesquisa e da produção delas em fontes históricas. Dito de outra maneira, o entrevistador e o entrevistado constroem a partir de suas bagagens culturais, de seus posicionamentos teóricos e políticos, a narrativa oral enquanto fonte de investigação histórica.²⁴

²³ *Ibidem.* p. 111-117.

²⁴ KHOURY, Yara Aun. Muitas Memórias, Outras Histórias: cultura e o sujeito na

Situando-se no presente, tanto um como o outro são atravessados pelos circuitos de poderes que ordenam a vida social. Esse “atravessamento” evidencia-se na seleção daquilo que ambos fazem do passado, nos “conceitos” que emergem neste diálogo, enquanto problemas vividos nas relações do dia a dia, bem como nas atitudes que demonstram em relação às mudanças da vida social/material. Assim ao selecionar os “roteiros” da entrevista, ao contatar o entrevistado, ao marcar uma entrevista, ao expor os porquês da sua pesquisa, nós pesquisadores nos colocamos em movimento reflexivo, juntamente com os nossos entrevistados. Com este trabalho de reflexão com fontes orais, fazemos uma opção não por uma “nova fonte”, mas pelo diálogo com agentes sociais, cujas histórias foram ocultadas nos processos e circuitos da produção das memórias hegemônicas.

Por isso os procedimentos teóricos- metodológicos devem ser explicitados no trabalho de reflexão do historiador, atribuindo às falas dos entrevistados suas respectivas autorias.²⁵ Por um lado é uma conduta ética, uma vez que a entrevista é construída no diálogo, isto é, no modo como cada um se coloca neste movimento de reflexão e, por outro, expressa um posicionamento político no interior do debate historiográfico, pois ancora os sentidos que atribuímos a própria história e memória como instrumento de luta e de intervenção no social.²⁶

Recebido em setembro de 2009
Aprovado em outubro de 2009

história. In: FENELON, Déa Ribeiro e outros. *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo, Olho D'Água, 2004. p. 116.

²⁵ CRUZ, Heloisa Farias et.al. *Outras Histórias: Memórias e Linguagens*. Org. Laura Antunes Maciel, Paulo Roberto de Almeida e Yara Aun Houry. São Paulo, Olho D'água. 2006. p. 19.

²⁶ FENELON, Déa Ribeiro e outros. *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo, Olho D'Água, 2004.